

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA
Bernardo Flores – Presidente Ricardo Mottin Jr. - Vice-Presidente Carlos Alberto Baldisserotto – Conselheiro		Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente Bernardo Flores – Diretor Vice-Presidente Luiz Alcemar Baumart - Diretor de Relações com os Investidores Márcia Rosi Wolff - Contadora CRC-RS 63.644
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</b>		
<p>Aos Administradores e Acionistas <b>Recrusul S.A.</b> Sapucaia do Sul - RS</p> <p><b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da <b>Recrusul S.A.</b> – (“<b>Companhia</b>”), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da <b>Recrusul S.A.</b> – (“<b>Companhia</b>”) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Ênfases: Retomada e incerteza sobre a continuidade das atividades operacionais:</b> A Companhia retomou as suas atividades operacionais a partir de maio de 2018, tendo alcançado o faturamento líquido consolidado de R\$ 56.747 mil no exercício (R\$ 74.091 mil em 2022), mas ainda incorreu em prejuízos operacionais nos últimos exercícios. Apesar da retomada das atividades operacionais a partir de maio de 2018, esses eventos ou condições ainda podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de retomada das atividades operacionais aos níveis adequados ao equilíbrio econômico financeiro da Companhia. Entretanto, a Companhia possui uma carteira de pedidos ativa, fato este que vem mitigando novos riscos com relação a capacidade de retomada operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. <b>Pagamento do Acordo de Transação Individual:</b> Conforme descrito na nota explicativa 14, em 02 de março de 2023 a Companhia e suas controladas optaram por incluir seu passivo tributário federal no Acordo de Transação Individual previsto na lei nº 13.988/2020 e Portaria PGFN nº 6.757/2022. O passivo deverá ser pago em 120 parcelas mensais e escalonadas, sendo assim a capacidade de pagamento do parcelamento depende da geração de caixa futura da Companhia e suas controladas, o não cumprimento das regras estabelecidas na Transação pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. <b>Retomada e incerteza sobre a continuidade das atividades operacionais: Porque é um PAA:</b> A Companhia incorreu em prejuízos operacionais nos últimos exercícios e deficiência de capital de giro que culminou com a parada de suas operações desde o exercício de 2015 até maio de 2018. No exercício de 2023, a Companhia apresentou redução de faturamento bruto e ainda incorreu em prejuízo, o que pode comprometer a retomada e manutenção de suas operações em níveis adequados. Para enfrentar esses desafios, a Administração vem buscando formas de capitalização via integralização de capital e geração de caixa operacional. <b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?</b> Obtivemos junto a administração da Companhia a documentação referente ao processo de aumento de capital iniciado em 21 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 130.000 mil, do qual restavam R\$ 74.527 mil (R\$ 85.714 mil em 2022) a serem integralizados. Em 2023 foi integralizado o montante de R\$ 11.186 mil como aporte de capital na Companhia. Portanto, a evolução destas situações, incluindo atas de reuniões, assembleias, fatos relevantes e comunicados ao mercado referente às transferências de direitos de subscrição entre acionistas, bem como as análises de tais documentos nos levam a concluir quanto a sua legitimidade, confirmando o aumento e posterior realização do capital social. <b>Acordo de Transação Individual: Porque é um PAA:</b> Conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas firmaram acordo em 02 de março de 2023, de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais relacionados no Acordo, os quais totalizam o montante de R\$ 30.134 mil. Para registro, a Companhia reabriu seu balanço em 31 de dezembro de 2022 em conformidade com o CPC 24 – Eventos Subsequentes e demonstrou os impactos da adesão, bem como vem cumprindo com as obrigações estabelecidas na referida Transação. O não cumprimento das regras estabelecidas na Transação, pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como dos possíveis efeitos que poderiam advir do não cumprimento das regras estabelecidas e impactar às demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. <b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?</b> Avaliamos as bases tributárias utilizadas e a documentação comprobatória referente aos lançamentos efetuados, bem como a adequação dos lançamentos com as normas contábeis vigentes no Brasil, incluindo o respaldo do registro antecipado no CPC 24 – Eventos subsequentes, observado a época da auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Verificamos a confirmação do acordo da transação junto a PGFN, e validamos os valores registrados conforme dívida pactuada com o órgão. Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos</p>		
<b>Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09</b>		<b>Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09</b>
Os Srs. Ricardo Mottin Jr., Sr. Bernardo Flores e o Sr. Luiz Alcemar Baumart na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Sapucaia do Sul, março de 2024.		Os Srs. Ricardo Mottin Jr., Bernardo Flores e Luiz Alcemar Baumart declaram, na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, sobre as demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Sapucaia do Sul, março de 2024.
Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente	Bernardo Flores - Diretor Vice-Presidente	Luiz Alcemar Baumart - Diretor de Relações com os Investidores

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
-  [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 9 9649-0062

**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC